

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 2.512 - GB
(2019/0007610-9)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : D D B J
ADVOGADO : ISABELA MELLO QUINTANILHA - SP415868
REQUERIDO : S E D B

DESPACHO

A participação da requerida no processo de homologação é indispensável para que haja contraditório, sob pena de nulidade do feito.

Intime-se o requerente para que, em 90 dias, junte aos autos declaração de anuência da requerida ao pedido homologatório chancelada por autoridade consular brasileira ou acompanhada de apostilamento (arts. 1º e 3º da Convenção de Haia sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, c/c os arts. 2º e 3º da Resolução CNJ n. 228/2016), se assinada no exterior, e traduzida por profissional juramentado no Brasil, se for o caso. Na impossibilidade de obter tal documento, deve a parte emendar a petição inicial para requerer a citação de S. E. D. B., indicando endereço atualizado onde possa ser localizada ou fazendo prova convincente do exaurimento de todos os meios inerentes a esse fim, caso em que, então, deve solicitar a citação por edital.

Providencie ainda a chancela consular brasileira ou apostilamento na sentença absoluta de divórcio (fl. 12). Cumpre ressaltar que, em caso de apostilamento, este deve vir acompanhado de tradução oficial.

Junte aos autos também a sentença provisória de divórcio, proferida no dia 3 de junho de 2009 e mencionada à fl. 14, acompanhada de chancela consular brasileira ou apostila e de tradução oficial.

Decorrido o prazo sem resposta, **arquivem-se os autos.**

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

